

SOLUÇÕES POSITIVISTAS PARA A EDUCAÇÃO PORTUGUESA

Artur Manso
Universidade do Minho – IE
amanso@ie.uminho.pt

Nesta comunicação farei um excuro pela extensa obra de Teófilo Braga (1843-1924) intitulada *Soluções positivistas da política portuguesa* (1879), considerada a partir da reedição em dois volumes, pela livraria Chardron, Lello & Irmão em 1912, actualizando, agora, a ortografia. Ao longo destes volumes expõe parte do seu pensamento sobre o que considera serem as necessárias reformas da sociedade portuguesa com vista à formação de uma República bem ordenada sob a égide do cientismo positivista em que, na altura, tal como tantos outros, depositava grandes esperanças para a regeneração da nossa Pátria. Note-se que o terceiro volume da edição de 1879, sob a chancela da Nova Livraria Internacional e inserido na colecção Biblioteca Republicana Democrática, acrescenta, que “esta última parte das *soluções positivas da política portuguesa* servirá de preâmbulo ao Plano de Constituição Democrática Portuguesa e ao *Plano de Constituição Federal Peninsular*”, fazendo, assim, depender o sucesso da república portuguesa do estabelecimento de uma Federação Peninsular.

Com este trabalho tentarei, apenas, pôr em evidência o que a referida publicação contém quanto ao seu ideário educativo e às reformas para que aponta. Aqui, a minha preocupação, não é fazer um levantamento das ideias pedagógicas de Teófilo Braga, mas tão só, pôr mais a claro ao longo desta colectânea de textos de intervenção/doutrinação política e cívica, a importância que tem a sua reflexão educativa, uma vez que estes escritos são importantes para compreender as soluções que tinha para Portugal, por serem o produto das múltiplas aparições públicas onde se pronunciou sobre os caminhos que a Nação devia trilhar.

Que a educação tinha um papel preponderante nos desígnios da regeneração nacional fica bem evidente quando Teófilo Braga coloca como título ao capítulo preliminar desta obra “Eduquemos o povo”. Em seu entender, o povo devia começar por ser educado em confronto com o ideário vigente da monarquia constitucional que se suportava no conservantismo, no centralismo e na hipocrisia liberal (cf. Braga, 1912a: 1ss). Como o país se encontrava apático, em grande parte devido à passividade do povo, que pouco ou nada se interessava pelos destinos da Nação e a forma como era

governado, e como o povo escolarizado e educado, era residual, Teófilo achava, então, que

“Há só um meio para fazer progredir esse povo: é exercer como força impulsiva e organizadora a função *política* [...]. Em Portugal tudo depende do governo, e nada se sustenta sem estímulo oficial; mas os governos que se sucedem não têm plano político e dispendem as suas energias em expedientes de conservação. Daqui uma profunda decadência. Para sair deste estado de atrofia geral é preciso fazer circular ideias e provocar o conflito de opiniões” (ib.: 3).

A educação que se preconiza aqui, acaba por não ter nada a ver com um plano educativo que se dirigisse a todos s indivíduos do país. Nesta fase, Teófilo parece encarar a educação como um esforço de sensibilização das camadas adultas para o empenho político, o qual seria propedêutico para a substituição da Monarquia pela República. Fazer circular os ideais republicanos e alertar para a necessária substituição do regime seria a sua finalidade. Desse próprio esforço dinamizador em torno do objectivo republicano, cujo carácter cívico achava fundamental, particularmente na província ignorante e atrasada, resultaram, então, as prelecções que constituem a referida obra:

“Desses artigos dispersos na urgência militante, mais unidos racionalmente em um ponto de vista científico, juntamos alguns [...] para que pela mútua coerência procurem exercer uma acção mais sugestiva e uma maior compreensão do que precisamos” (ib.: 4).

2. Pela análise ao índice destes extensos volumes, podemos ver que a sua campanha de doutrinação, oral e escrita, abarcava o essencial da organização humana, procedendo a uma análise rigorosa do regime vigente, explicitava os benefícios que resultavam da substituição da Monarquia pela República, nomeadamente, o mais importante e decisivo, a participação de todos na escolha de quem os viesse a governar. A organização do Estado e os limites à liberdade individual, os direitos e os deveres de cada um, a cedência de Portugal a forças estranhas que prejudicavam a nossa autonomia, como os tratados com a Inglaterra, o absolutismo governativo, a impreparação e incompetência de quem nos governava, as críticas ao constitucionalismo monárquico, os vícios da governação frutos da aliança da monarquia com a clero, o descomunal poder da Igreja e das Ordens religiosas em Portugal... fixam o essencial do seu pensamento. Sempre associado às virtudes de um governo republicano e laico, directamente dependente da vontade popular e regido por uma ética laica do dever assente em valores perenes que ajudem a frutificar em toda a sociedade a trilogia

consagrada pela Revolução Francesa, a liberdade, a igualdade e a fraternidade, sustentáculos de uma vontade colectiva em que todos se hão-de reconhecer como iguais.

Teófilo Braga parecia ser sincero naquilo que propunha. Apesar dos muitos lamentos acerca da sua vida, sempre esteve perto das elites, o seu pai, antigo oficial miguelista, desprezado agora pela monarquia constitucional, ocupava-se como professor do Liceu, profissão que na altura tinha prestígio e granjeava consideração, a sua mãe pertencia à aristocracia dos Açores. Nascido na Ilha de S. Miguel, Açores, para prosseguir os estudos teve que ir para o continente onde, na única Universidade do país concluiu o curso de Direito (1867). Por desentendimentos familiares, ele que era órfão de mãe desde muito cedo, quis trabalhar como tipógrafo e lutar pelos seus objectivos até que, após ser rejeitado por mais de uma vez para ingressar na Universidade de Coimbra, por concurso, se torna professor no Curso Superior de Letras de Lisboa (1872). Como combatente da causa em que acreditava, a República, funda, nesta cidade, em 1879, o Centro Republicano Federal de Lisboa. O seu percurso em torno dos ideais republicanos era tão intenso que o levou, após a revolução e por um curto período, em 1915, a desempenhar o cargo de Presidente da República.

Foi um homem de ideias e de combates. Positivista numa época em que este sistema estava no auge, tentou combater o abstraccionismo do nosso ensino com as propostas do cientismo positivista em voga na Europa culta. Quando se encontrava a leccionar no Curso Superior de Letras propôs, sem sucesso, a criação de uma Faculdade Sociológica na qual se ensinariam as disciplinas em voga: sociologia, Etnologia, Arqueologia, História, Economia Política, entre outras.

A ideia de escola que professava punha totalmente de parte o ensino especulativo que a vinha caracterizando, passando a ser orientada pelo cientismo positivista que exigia que fosse totalmente laica. Era, por isso, um forte crítico da única Universidade Portuguesa, a de Coimbra, que em seu entender, estava impregnada de um ensino livresco e metafísico, pouco ou nada tendo que ver com o que eram os dados da ciência de então e as necessidades de formação das elites que proximamente iriam governar o país. Essas elites porque incompetentemente ensinadas, revelar-se-iam desastrosas na condução dos desígnios da Nação. Daí o nosso crónico atraso em relação aos países mais prósperos.

Esta era também a convicção, ao tempo, de muitos outros, mesmo monárquicos. Lembro apenas as centenas de escritos sobre a questão educativa inseridos ao longo de 15 anos na *Revista de Educação e Ensino* (1886-1900). Aí o seu director, M A Ferreira-

Deusdado (1857-1918), defensor acérrimo do absolutismo monárquico, aponta as deficiências do ensino português e propõe diversas soluções para a sua reforma. Do seu empenho pedagógico-educativo resulta a reforma dos programas de Geografia, História e Filosofia no ensino secundário, bem como a demanda por uma efectiva preparação pedagógica dos professores, coisa que em Portugal ninguém tendia a considerar, chamando, ainda, a atenção para a Psicologia que enquanto ciência emergente se revelava de grande utilidade para as questões ligadas ao ensino e à aprendizagem. E Deusdado, nos antípodas de Teófilo, lutava com todas as forças contra o cientismo positivista.

Por este exemplo podemos perceber que de facto o combate em torno da questão educativa não foi apenas um esforço da nova mentalidade republicana que guiava os seus ideias pelo cientismo positivista. As críticas à forma como a monarquia constitucional governava o país, confluíam nos modernos reformistas de índole republicana, bem como nos que defendiam o tradicionalismo representado no absolutismo monárquico. Ambos os lados enfatizavam que o progresso da ciência não pode ser desprezado na boa organização das sociedades, pois se não soubermos considerar os novos dados científicos, nem a tradição se afirma, nem a modernidade se prepara, passando as sociedades a viver numa espécie de sonambulismo abúlico.

Em termos de conhecimento e sua repercussão na vida dos indivíduos e das sociedades, Teófilo colocava a Literatura e a Arte como elementos da síntese afectiva, a Política enformava a síntese activa e a Filosofia a síntese especulativa. Seguindo o seu mestre Augusto Comte pretendia que o ensino e a educação se dirigissem, simultaneamente, ao intelecto, à sensibilidade e à acção. Desta forma, educar os indivíduos era cuidar do seu progresso intelectual e moral, bem como ensiná-los a fazer as coisas, de acordo a produzir mais e melhor. O intelectual republicano escolheu a monumental obra *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a ilustração pública portuguesa*, redigida entre 1892 e 1902, que ocupa quatro volumes, para deixar fixado o seu plano de ensino e educação, distribuindo-o em três graus: o ensino primário, nacional, 4-14 anos, o secundário ou elementar, que seria preparatório da Instrução Superior ou Teórica, distinguindo, nesta última, o ensino geral, abstracto e o ensino especial, incluindo neste último, o ensino politécnico (cf. Matos, 2003: 192 ss).

De facto, como se vê nas suas *soluções positivistas...* quanto à questão da instrução e da educação, não apresenta as mesmas preocupações.

Numa altura em que era preciso mudar o sentido do país para o colocar na senda do progresso apregoado pelos republicanos, regime já abraçado por parte dos Estados europeus, o sentido pedagógico da acção política de Teófilo tinha como função “exercer uma força impulsiva e organizadora [...] fazer circular ideias e provocar o conflito das opiniões” (Braga, 1912a: 3). A letargia era o estado natural dos portugueses: “Ninguém pensa em servir o seu país, ninguém estuda, ninguém se aperfeiçoa, ninguém cumpre o seu dever; e contudo esta sociedade subsiste pela força da inércia” (ib.: 6).

3. Na assunção de que o atraso de uma sociedade só pode ser debelado por um trabalho educativo intenso, Teófilo questiona logo nas primeiras páginas em que estado está a educação dos portugueses, ou como tem o Estado cultivado a instrução pública. Do seu diagnóstico saem as seguintes conclusões:

“Aí andam os júris dos exames funcionando por ordem do governo, que é o primeiro que nas suas circulares exige que se ponham peias àqueles que aspiram à instrução. É incrível, mas é verdade. A ignorância geral é profunda, mas um governo querendo desafogar-se da empregomania, dificulta materialmente com propinas e com alguns examinadores boçais essa pouca instrução” (ib.: 7).

A subsistência da monarquia devia-se à pouca instrução do povo que era consentida por aqueles que o governavam. Instruir e educar é abrir horizontes, confrontar ideias, dar a conhecer o desconhecido, pôr os indivíduos a par daquilo que de mais significativo se vai passando nos povos mais avançados. A ignorância retém os indivíduos em níveis de subdesenvolvimento intelectual que, no desconhecimento do progresso, aceitam fácil e acriticamente o que os seus governantes lhes dizem ser as verdades e o mais conveniente para cada um e para a sociedade de que fazem parte.

A falta de instrução e educação do povo português era de facto gritante. Em todas as idades e níveis de ensino. Teófilo sabia-o bem e por isso afirmava:

“A cada instante se está conhecendo a imensa falta de noções científicas que sofre o povo e em geral a sociedade portuguesa, já em consequência de não existir uma Instrução pública despreendida de um luxuoso e estéril humanismo (*Liceus*) ou de uma confusa de disciplinas fundamentais e práticas (*Politécnicas*) e de um vício de palavrosa metafísica (*Universidade*); já, finalmente porque nos nossos costumes não existe o hábito e a necessidade das viagens que suscitariam as comparações e assim o conhecimento do nosso atraso” (ib.: 7-8).

Os níveis superiores de ensino estavam assim contaminados por uma retórica estéril que, ao não acompanhar o novo sentido da ciência moderna nos mantinha num atraso considerável. O ensino não fazia nem ensinava a fazer, reproduzia apenas e

assente na memória, usava os modelos anquilosados dos tempos em que a metafísica se sobrepunha à física, em que a teoria se sobrepunha à prática, em que o reproduzir se sobrepunha ao fazer, em que a imitação se sobrepunha à criatividade. Longe do progresso dos outros povos e no desconhecimento do avanço das ciências naturais, Portugal limitava-se a deixar que as coisas corressem sem grandes sobressaltos. No entender de Teófilo, era, então, preciso que a instrução/educação procedesse à harmonização do povo no sentido de o elevar “pela instrução, não essa instrução oficial estéril, mas o ensino livre da tecnologia e das relações morais e jurídicas cuja síntese é o estado. Só assim é que o povo virá a ter consciência da sua força e saberá ter vontade, porque terá então isso que lhe falta – a inteligência da sua situação” (ib.: 12).

A falta de instrução era mais um incentivo para a acção dos republicanos, já que o regime vigente nada fazia para educar o seu povo, parecendo que todos estavam rendidos a esse desprezo educativo, ao qual, aliás, tendia a acomodar-se. Teófilo definia assim a tarefa dos republicanos:

“A unidade de acção do partido republicano não depende das combinações de chefes, mas desse acordo e inteligência da sua situação, que é onde reside o segredo da força invencível do povo. Ensinemo-lo, doutrinemo-lo, expliquemos-lhe os seus direitos derivados dos seus deveres para com a pátria e para com a solidariedade social; levantemos-lhe o espírito pela sua história nacional, e então ele saberá mover-se, por uma vez convencido nenhum dique é capaz de sustê-lo” (ib.: 12).

Veja-se o grande enfoque posto no povo e na Nação. Há, de facto, a ideia de que a Nação enquanto organização dos vários indivíduos que a constituem é uma entidade supra partidária. A letargia do povo não é da sua responsabilidade, mas sim do pouco investimento que os governantes fazem na sua educação. O evolucionismo positivista era o credo desta gente e a esperança de que um povo educado segundo esta doutrina, entraria, obrigatoriamente na rota do progresso, construído pela transposição das leis da natureza para a análise social: “A natureza na sua perpétua evolução ensina-nos como se devem fazer as transformações sociais, sem abalos, sem trepidações, sem exaltação partidária” (ib.: 29).

Todos os recantos da sociedade confluíam no propósito de não reformarem o sistema educativo que, apesar de tudo, privilegiava as elites na exacta medida em que desconsiderava a grande massa popular que era analfabeta e inculta. A monarquia e o seu séquito mantinham os portugueses isolados do mundo, para assim poderem governar com menos oposição:

“superstições clericais, militarismos, dinastias, intrigas diplomáticas, argentarismo, hoje ligados para que a educação intelectual não leve ao maior número a noção positiva da sua igualdade e se conserve nesse estado de sentimento, que se manifesta nas revoluções, que eles próprios, incitam como pretexto para justificar o monopólio e o emprego da força” (ib.: 36).

A ineficácia da instrução popular e o desprezo a que era votada devia-se ao monopólio que os governantes dela faziam. Ao dominar por completo o sistema de ensino, mantinham o povo afastado do conhecimento e dirigiam as elites para a aquisição de um teorismo que nada ajudava o país. Os tempos eram do alvor das leis científicas, mas Portugal mantinha-se fiel ao tradicionalismo que assentava as suas crenças e valores num emaranhado teórico incapaz de contribuir para o progresso da Nação, limitando-se a reproduzir modelos já gastos e a não permitir que se produzisse ciência capaz de levar à efectiva transformação da sociedade:

“a instrução pública está atrasada e não instrui para profissões úteis à sociedade, e o próprio estado, concorrendo com as indústrias particulares agrava esta situação desesperada com uma incalculável dívida pública. Enfim o espírito nacional está sem energia, e nas ciências e na literatura sente-se o vazio de uma mediocridade geral” (ib.: 42).

A falta de critério científico fazia com que a monarquia governasse o povo assente no medo, o que lhe deixava um amplo campo para discricionariamente exercer o poder que mais lhe interessava. Teófilo fortalecia o seu pensamento sobre os direitos civis que vinha difundindo, citando Hume, Bacon, Kant, Stuart Mill, Spencer, Littré... cuja reflexão produzida era o sustentáculo da defesa que fazia das liberdades individuais que estavam na base do sufrágio universal e do regime republicano.

Em sua opinião, a instauração da república, ao aplicar o método científico na organização da sociedade, estimularia as mudanças a queurgia proceder e, num plano de efectiva igualdade, faria com que todos se sentissem parte integrante do mesmo país de cuja acção as melhorias deveriam ocorrer:

“Para que a opinião democrática transforme as monarquias exaustas em vigorosas repúblicas, é preciso que essa opinião se estenda ao maior número de indivíduos. Porque forma? Pela difusão do ensino científico, de que essa opinião é um simples corolário: os governos monárquicos deixam jazer os povos na estupidez porque assim asseguram a sua criminosa estabilidade; fazem da instrução pública um monopólio, mandam ensinar o catecismo católico para adquirirem a obediência passiva, mas não deixam penetrar no povo rural os elementos de direito político; de ordinário os poderes acumulam a profissão de mestre-escola para se tornar ainda mais improficuo o ensino” (ib.: 50-51).

A verdade é que o desenvolvimento dos povos e a melhoria das suas condições de vida prendia-se com o progresso científico que tinha modificado as formas de produção e a respectiva organização do trabalho. A indústria e as profissões técnicas precisavam cada vez mais de indivíduos especializados que soubessem operar com as máquinas. O trabalho braçal era cada vez menos e a produção cada vez maior. Os povos beneficiavam das novas condições de produção, que implicavam melhores remunerações, mais horas de descanso, mais direitos sociais. Portugal, porventura com medo de instruir os seus cidadãos, mantinha um sistema produtivo obsoleto, assente no trabalho braçal que nenhuma qualificação exigia. Teófilo, com outros republicanos e demais gente de visão, tinha a certeza plena de que se os portugueses soubessem de como a vida lá fora era incomensuravelmente mais próspera do que cá dentro, e que essa prosperidade se devia ao modelo científico e à organização republicana, depressa haveriam de aderir ao novo ideário. A educação pondo o indivíduo em contacto com as necessidades do seu tempo, era um forte instrumento propiciador da mudança:

“Para que uma sociedade progrida é necessário que o povo se interesse pelos seus direitos, e que produza a forma governativa que há-de tornar efectivos esses direitos; por isso o grande trabalho do nosso tempo consiste em ensinar ao povo a converter esse interesse em opinião política, e a derivar dessa opinião a vontade nacional que há-de fundar a única e legítima soberania sobre a terra – a república” (ib.: 57).

Desta forma, a república filiava-se directamente num alto grau de desenvolvimento intelectual, pois escolher e fazer-se escolher em consciência e por sufrágio universal, exigia, em termos da sociedade média, o desenvolvimento da inteligência pela disseminação das ideias e da cultura, a níveis que até então Portugal nunca tinha promovido.

Interessava aos republicanos combater o centralismo educativo que por decreto os políticos mantinham estagnado, disseminando-o com uma prol de professores pouco preparados e, em muitos aspectos, inaptos: “O vício centralista mata a educação individual que se faz com o exercício das funções das liberdades locais; a falta de bases sérias na família lança habilidosos na corrente das funções políticas para satisfazerem as necessidades fictícias da situação doméstica que criaram” (ib.: 205). Se a isto juntarmos o alto custo da educação superior, perceberemos como as elites se mantinham no poder, mesmo que a sua inteligência não abundasse e a sua impreparação e incultura fosse marcante.

4. A doutrinação assentava num olhar diferente sobre as gerações novas, aqueles que estando perto de iniciar a vida activa se preparavam para desempenhar funções de relevo na governação, eram os indicados para serem instruídos sobre os malefícios do ensino que lhes era ministrado e, por isso, “Os estudantes, a geração nova, precisa representar contra uma estúpida lei da instrução secundária” (Braga, 1912b: 98). As ideias educativas de Garrett, a quem reconhecia o mérito de ter fundado o Conservatório e o Teatro Nacional, achava-as inadequadas para os interesses do país.

Um dos principais combates quanto à reforma do ensino centrava-o na Universidade de Coimbra, a única Universidade portuguesa nesse tempo e, por isso, local de formação das elites que nos iriam governar:

“No dia em que a Universidade de Coimbra levar o golpe indispensável para que se emancipe do estéril humanismo jesuítico em que se define, e para que se liberte do caricato e pedantesco formalismo medieval que a estupidifica, nesse dia, com certeza a ficção monárquico-constitucional ficou ferida de morte, por falta dos habilidosos que conservam este aforismo – *governar é palavrear*” (ib.: 177).

De facto o povo é a mola da revolução, mas se não houver uma elite esclarecida que o organize e conduza, a sua força dispersar-se-á e as mudanças dificilmente chegam a bom porto.

Teófilo acha que o investimento do Estado estava mal canalizado. Em vez de se investir na educação, transferia-se o dinheiro para a manutenção de uma polícia que em vez de educar, reprimia o povo, de onde, aliás, vinham aqueles que a constituíam, portadores dos mesmos níveis de ignorância. A liberdade era uma miragem, pois qualquer iniciativa que a promovesse acabava reprimida pela brutalidade das forças da lei:

“Conserva-se a instrução pública sistematicamente amesquinhada, dispendendo as quantias destinadas à instrução do povo em pagar a uma polícia de janizaros, nas duas capitais do país empregada a espadeirar e a fuzilar os cidadãos quando se não mostrem satisfeitos com o sistema” (ib.: 205-206).

Se o governo do país pouco fazia pela educação do povo, a situação não mudava quando analisada sob o ponto de vista da intervenção da igreja, instituição onnipresente e fundamentalíssima na estrutura sócio-cultural do país: “O clericalismo bem conhece que há uma enorme maioria que não tem educação científica; procura a multidão ignorante dos campos, as mulheres impressionáveis, a velhice semi-idiota e a infância que se leva por contos, como elemento da sua propaganda e como fundamento com que

se impõe ao poder civil” (ib.: 231). A crítica é contundente, mas quanto ao que entende sobre educação científica, nada lhe ouvimos dizer. Suponho que a educação científica implícita nesta crítica, será, naturalmente, a que a cartilha positivista acha mais conveniente. Haveria, quanto ao ensino e à educação, uma espécie de devolução da cartilha jesuítica e da doutrina da Igreja, pelos princípios do positivismo científico que se iam estabelecendo um pouco por todo o lado: “Impõe-se no ensino oficial uma religião do estado, e reprova-se o aluno que deu no exame provas de suficiência científica mas que não respondeu automaticamente às perguntas da *Cartilha de Mestre Ignácio* remodelada pelo catecismo de Montpellier” (ib.: 245). Teófilo era completamente contra qualquer intenção de legalização das ordens religiosas. Em defesa da sua ideia de liberdade que impedia a escolha livre da religião ou a possibilidade de fundar ou ingressar numa Ordem Religiosa, achava que o Constitucionalismo com a legalização das Ordens religiosas tornaria o país mais fraco. As Ordens, para si como para os cartistas liberais, nada de bom traziam ao país, e então quanto aos Jesuítas, a acentuada perseguição não abrandava, considerando que esta Ordem “em contradição com a liberdade do pensamento só trata de fazer a obnubilação dos espíritos” (ib.: 289). Tal facto, apesar de todas as proibições, parecia-lhe ter reflexos negativos na política educativa do país: “veja-se essa estúpida reforma de instrução pública secundária baseada sobre o ensino das disciplinas por *classes*, se ela não é moldada sobre as classes dos colégios jesuíticos, e produzindo o mesmo efeito estupidecente” (ib.: 297).

A educação jesuítica continuava a ser uma obsessão na análise do panorama educativo a que os republicanos procediam. Aliás pouco se diferenciando nessa críticas de uma boa parte dos decisores da monarquia constitucional que a partir de 1834 quiseram, pela força da lei e a repressão das liberdades, laicizar a todo o custo a sociedade portuguesa. Neste, como noutros aspectos, os modos de proceder entre o liberalismo monárquico e a nova mentalidade que o derrubou, a República, não é muito diferente. Teófilo estava convencido que entre nós continuava a haver um forte poder da educação jesuítica: “Tal é a instrução propinada pelos jesuítas com que os pais se enganam e com que se iludem os examinadores, mas que prepara uma geração de idiotas, marcados pela vesania religiosa” (ib.: 303). Os republicanos acreditavam que devido aos malefícios da educação jesuítica, o progresso intelectual, tal como o progresso moral do nosso povo, continuavam comprometidos.

5. Após percorrer o conteúdo destes densos volumes vemos que a reflexão educativa não ocupa de facto uma importância especial, mesmo com a inicial promessa de *educar o povo*. As críticas são muitas, mas as soluções, para além das ideias gerais do positivismo científico, não são relevantes.

Interessante é que se inicie a organização destes escritos com a intenção de educar o povo, reconhecendo assim que ele não está educado e se termine com uma explicitação da chamada “política positivista” que de facto reveste, pelo menos nesta fase, a ideia de que sem educação/instrução os povos não são capazes de progredir nem de se adaptarem às novas realidades. Teófilo deixa bem vincado que segundo a política positiva “compete ao político que governa o promover a maior actividade intelectual, organizando segundo esta importância a hierarquia da instrução pública e a disciplina da Pedagogia” (ib.: 317).

Teófilo colocava os literatos em duas categorias, nos *empíricos* e nos *científicos*. Os primeiros seguiam os métodos tradicionais e perdiam-se no ensino escolástico e estéril, enquanto que os segundos, tendo absorvido as novidades da corrente positivista, com o recurso à nova ciência, haveriam de catapultar o país para níveis de desenvolvimento mais aceitáveis:

“os políticos empíricos continuam a considerar a ciência com a desconfiança teológica; apoderam-se da regulamentação da instrução pública para imporem programas oficiais, para graduarem as ideias vulgarizáveis, para submeterem ao preconceito da conservação as inteligências novas adestradas ao exame e ao grau científico, e não lhes bastando o desnaturarem os esforços intelectuais pela subordinação à ortodoxia teológica que persiste nos absurdos, dificultam a instrução pela extorsão das propinas, e conservam o povo no obscurantismo, opondo-se tenazmente a que se propague a liberdade de consciência” (ib.: 318).

A composição da sociedade na medida em que fazia assentar a educação dos seus cidadãos em modelos ultrapassados ia gerando um conjunto de indivíduos que nos passavam a governar sem as bases científicas que a nova organização exigia. Como nada tinham aprendido sobre o novo corpo social, eram incapazes de fazer o que quer que fosse para melhorar a situação que herdavam, uma vez que se limitavam a reproduzir na sua acção os modelos anquilosados em que tinham sido educados:

“para a política positiva, o progresso moral, sem o qual nenhum progresso económico é possível, é por si uma consequência do desenvolvimento intelectual; é este também o fundamento do *ensino obrigatório*, a origem do direito que compete ao estado de intervir na educação: para os políticos empíricos compete ao estado o direito de punir; mas como exigir responsabilidade àquele a quem se não deu a base dela, que é o conhecimento racional dos motivos que o determinam nos seus actos ou a instrução? O direito de punir

é o corolário do ensino obrigatório [...]. Pela instrução, se estabelece a *liberdade filosófica* que encerra em si a manifestação dessa categoria de liberdades de consciência, de ensino, de imprensa e de cultos” (ib.: 320-321).

Pelo que acabamos de expor, vemos que Teófilo querendo perfilhar a liberdade, exige que doravante a sua defesa seja supervisionada pela cartilha do positivismo científico. Também aqui o conceito e o exercício da liberdade assentam nos princípios de uma ideologia que se crê ser a melhor. Tanto mais que as doutrinas que se defendem buscam claramente uma acção condicionada a um fim previamente estabelecido. O indivíduo deve submeter o seu crer aos interesses da ciência e esta, com o seu monopólio, orientará cada um no caminho da liberdade e do progresso que é comum à sociedade, mas não ao indivíduo, uma vez que este tende a ser considerado como parcela de um todo e enquanto tal, deve orientar a sua liberdade em prol do interesse comum: “A política positiva é a redução dos fenómenos sociais a uma compreensão científica, e por isso as soluções não podem cair no vago das utopias; a Europa é o campo de aplicação, sendo este o lado relativo sobre que se apoiará o critério político” (ib.: 335).

6. No final da análise a que me propus resulta que, quanto ao ensino e à educação dos portugueses, as *soluções positivistas* reflectem as preocupações de Teófilo Braga enquanto agente empenhado numa campanha de educação cívica e doutrinação republicana. Temos que reconhecer que o cenário que traça corresponde ao efectivo desinteresse que a educação/instrução granjeava por parte dos governantes.

O nosso autor tem a nítida percepção de que sem instruir o povo a república, mesmo que se instituísse, seria difícil alcançar os seus ideais, preocupação bem evidente quando dedica as páginas iniciais da obra à temática educativa.

Teófilo mostra ainda uma crença profunda no povo e num conjunto de valores perenes em torno dos quais essa massa se deve agregar no sentido de consolidar uma forte ideia de união nacional.

A cada passo proliferam as críticas ao ensino abstracto e à defesa intransigente do positivismo científico como nova doutrina de organização e educação dos povos, mesmo que não nos deixe, nem sequer em tópicos, qualquer plano de ensino e educação.

A mim, parece-me que a estrita compreensão científica dos fenómenos sociais, também limita a liberdade dos indivíduos, subjugando-os, agora, em nome da ciência, a

uma orientação prévia das suas vidas em nome de um benefício social do qual muitas vezes não partilham e no qual não descortinam qualquer sentido. Com tanta ênfase posta no cientismo positivista, o combate ao abstraccionismo tradicional não me parece que, aqui, seja feito em prol de uma ideia maior de liberdade individual e realização pessoal, mas sim em nome do novo ideário que assenta nos dados do conhecimento científico e só nesses. É, mais uma vez, a tentativa de tutelar a vida individual por uma renovada ideologia assente em novos conhecimentos, que, diga-se em abono da verdade, permitem um melhor domínio do real e a sua consequente manipulação em prol de um maior progresso material e social.

Bibliografia

De Teófilo Braga

Soluções positivistas da política portuguesa, 3 vols (1879). Lisboa: Nova Livraria Internacional.

Edição utilizada:

Soluções positivistas da política portuguesa 1º vol. (1912a). Porto: Liv. Chardron, Lello & Irmão.

Soluções positivistas da política portuguesa 2º vol. (1912b). Porto: Liv. Chardron, Lello & Irmão.

Outra

MATOS, Sérgio Campos (2003). “BRAGA, Joaquim TEÓFILO Fernandes”, in AA VV *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Asa, pp. 191-195.

RAMOS, Rui (2006). *Teófilo Braga. Fotobiografia*. Lisboa: Museu da Presidência da República.